

A estrutura militar do Império ultramarino português: o norte e o centro-sul da América numa perspectiva comparada

The military structure of the portuguese overseas Empire: the north the central south America in a comparative perspective

Christiane Figueiredo Pagano de Mello

Universidade Federal de Ouro Preto
christianemello@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar os aspectos referentes às experiências de defesa e militarização em duas áreas do Império ultramarino português, o Estado do Grão-Pará e o centro-sul da América, tentando detectar os aspectos convergentes que possam existir entre as duas áreas em estudo durante a segunda metade do século XVIII. A partir da análise comparativa pretende-se observar a problemática situação militar do império ultramarino nas fronteiras com as colônias espanhola e francesa na América.

Palavras-chave: Projeto militar pombalino; Estrutura de defesa da colônia; Fronteiras.

Abstract: This article aims to investigate the aspects relating to defense and militarization experience in two areas of the Empire overseas Portuguese. The Estado do Grão-Pará and the Central South of America, trying to detect the converging aspects that may exist between the two areas of study, during the second half of the eighteenth century. From the comparative analysis we intend to observe the problematic situation of the military overseas empire border with the Spanish and French colonies in America.

Keywords: Pombalino military project; Military structure of the colony; Borders.

Artigo recebido para publicação em: Março de 2016

Artigo aprovado para publicação em: Junho de 2016

Introdução

Este artigo¹ se propõe a refletir sobre as experiências de defesa e militarização no Império ultramarino português. O contexto espacial delimitado compreende duas áreas: o Estado do Grão-Pará e o centro-sul da América portuguesa.² Utilizaremos uma perspectiva comparativa a fim de obter uma compreensão mais ampla sobre a política militar utilizada pela Coroa lusitana nas suas possessões além-mar, na segunda metade do século XVIII.

Mais especificamente, no Estado do Grão-Pará ou norte da América portuguesa,³ nos deteremos nas seguintes regiões: a capital, na região de Belém, que possuía importância estratégica e militar para a conquista do Estado do Grão-Pará; a região da costa oriental, importante para a defesa da costa das investidas estrangeiras; e a costa setentrional que correspondia a uma área de intensa movimentação militar, posto que grande parte de seu território compunha a faixa de fronteira com a Guiana Francesa. No centro-sul do Império, trabalharemos com as capitanias do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais. As três capitanias estavam diretamente envolvidas em um confronto militar aberto, em função das disputas de fronteira que cresciam ao longo da América meridional, entre Espanha e Portugal.

Convém anotar que é no período pombalino (1750-1777) que se passa a reforçar o princípio da interdependência entre os domínios portugueses da América, no que se referia ao encargo da defesa do território. Concebendo o espaço como uma “estrutura contínua”, sob o comando de um centro político representado pela Coroa e irradiado para a colônia através de seus representantes ultramarinos, formula-se outra estrutura militar de defesa. No projeto militar pombalino, a forma de batalha e de pensar a guerra foi modificada:

[...] não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina.⁴

¹ Agradeço aos pareceristas que, apesar de anônimos, deram-me indicações valiosas de melhoria deste artigo, o que não me exime das possíveis falhas.

² Sobre a questão administrativa do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará, Fabiano Vilaça dos Santos destaca que: “O Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto das capitanias principais do Pará e Maranhão e das subalternas do Piauí e Rio Negro), unidade administrativa independente do Estado do Brasil, porquanto diretamente ligada a Lisboa. Reordenada em 1751, quando a capital passou de São Luís para Belém, em virtude de uma redefinição política e estratégica das conquistas do Norte, vigorou até 1772-1774, quando foi desmembrada em duas unidades que permaneceram subordinadas a Lisboa: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí”. In: *Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780)*. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (Org.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. 1. ed. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008, v. 1, p. 153-167.

³ Para nossa análise histórica aqui desta extensa região, propomos a seguinte delimitação geográfica: chamaremos de região Norte algumas áreas das capitanias do Estado do Grão-Pará e Rio Negro no século XVIII. Estamos nos referindo, mais especificamente, àquelas que hoje corresponderiam aos atuais estados do Pará e Amapá. Vale destacar que a definição contemporânea da região Norte inclui ainda os estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Amazonas e Roraima.

⁴ FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunais, 1912. p. 705.

A questão que perpassa o trabalho é o projeto militar pombalino no Império americano português, que atinge de maneira não linear e homogênea os mais diversos rincões de sua espacialidade, mas que, de todo modo, informa e demanda os posicionamentos em toda a sua extensão territorial. Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação das duas áreas em estudo — norte e centro-sul da América portuguesa — na nova lógica militar implantada em Portugal a partir de 1750.

A pesquisa parte da sistematização de dados da documentação das capitanias do Grão-Pará, Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII. Na primeira capitania, a documentação pesquisada consta no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), digitalizado pelo projeto Resgate, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Com relação às três últimas capitanias, a documentação engloba outras fontes além do AHU de Lisboa, como o acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, do Arquivo Militar em Lisboa, do Arquivo Nacional etc.

O trabalho se enquadra teoricamente dentro dos parâmetros dos estudos da nova história militar,⁵ na qual se busca estar atento à interação entre forças militares e sociedade, levando em consideração os vínculos de sociabilidade e as hierarquias que se faziam presentes no cenário colonial.

Ainda que o interesse pela história militar do Brasil colonial tenha se mostrado reduzido, devemos considerar que o estudo das organizações militares na Amazônia colonial tem sido objeto de importantes estudos. Citamos como exemplo, entre outros, a tese de doutorado de Shirley Nogueira,⁶ um trabalho que traz várias referências importantes sobre a situação militar da região, inclusive no início da segunda metade do século XVIII, embora o seu recorte temporal seja posterior ao nosso estudo. De sua autoria, juntamente com Flávio dos Santos Gomes, temos, ainda, um artigo que faz parte do livro *Nas terras do Cabo Norte...*,⁷ uma importante contribuição para se repensar a situação de fronteira no extremo norte. Analisa as disputas pelas fronteiras, as movimentações de fugitivos – negros, índios e soldados desertores – que foram protagonistas de uma aventura, na qual reinterpreta os sentidos da colonização.

As regiões de fronteiras são estratégicas quanto à defesa contra invasores e o tráfico de escravos índios e de drogas do sertão. Em relação a essas questões, tivemos contato com o excelente estudo de Nádia Farage.⁸ Nesse estudo, a autora trata da preocupação dos portugueses, na década de 70 do século XVIII, em estabelecer no Rio Branco uma fortaleza e

⁵ Para um balanço dessa historiografia, ver: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁶ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *"Soldadesca Desenfreada": politização militar no Grão-Pará da Era da Independência. (1790-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

⁷ NOGUEIRA, Shirley e GOMES, Flávio dos Santos. *Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista*. In: *Nas terras do Cabo Norte*. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII-XIX. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1999.

⁸ FARAGE, Nadia. *As Muralhas dos Sertões*. Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

aldeamentos indígenas, visando conter a ameaça da presença holandesa ao domínio português no vale amazônico.

Outro estudo importante que enfatiza a questão das fortificações é o de Renata Malcher Araujo,⁹ no qual aponta para uma leitura da colonização da Amazônia em que a fortificação foi elemento fundamental na apropriação e transformação simbólica de um espaço (natural) em território (político). Segundo a autora, a presença física da fortaleza para além de sua função de defesa ou fiscalização, ressignificava o espaço amazônico proporcionando a representação de um poder que projetava sua sombra nesta região.

Já Rafael Chambouleyron¹⁰ oferece ao leitor a oportunidade de conhecer a Amazônia seiscentista, não como uma região abandonada ou “redescoberta” apenas pela interferência do marquês de Pombal; ao contrário, ele nos convida a interpretar os feitos pombalinos a partir das ações implementadas ainda no século XVII e na primeira metade do século XVIII.¹¹

No que se refere à questão dos índios na região amazônica e no período pombalino, pesquisas recentes têm demonstrado que, desde a vigência do Diretório dos Índios (1750-1798), criou-se ou fortaleceu-se uma elite indígena no interior da lógica da governança colonial que não apenas respondia aos interesses da política indigenista luso-brasileira, mas também às expectativas dos índios,¹² como afirma Vânia Maria Losada.¹³ Nesse sentido, temos outro trabalho de interesse para a nossa pesquisa que é o de Rafael Ale Rocha¹⁴ que contribui para o estudo das elites coloniais amazônicas no contexto da segunda metade do século XVIII, analisando o processo através do qual os índios inseridos na sociedade colonial alcançavam postos de oficiais nas tropas militares no Estado do Grão Pará e Maranhão. Mais uma referência importante para o trabalho é a coletânea organizada por Paulo Possamai,¹⁵ que incorpora vários estudos sobre o período em todas as regiões do Brasil.

⁹ ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAU, 2000.

¹⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010.

¹¹ KETTLE, Wesley Oliveira. *Domínio, migração e natureza na Amazônia seiscentista*. (Resenha). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topoi, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011. p. 209-2.

¹² Ver também: ROCHA, Rafael. *Os oficiais índios na Amazônia pombalina*. Sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Sertões do Grão-Pará. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001; COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar*. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. In: *XIII Simpósio de História*, 2001, Vitória. Programa e Resumos do XIII Simpósio de História, Vitória, ES: Depto. de História Ufes/Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, 2001. p. 45-46.

¹⁴ ROCHA, Rafael Ale. *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

¹⁵ POSSAMAI, Paulo. (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

As tensões militares nos confins da América

A Amazônia da segunda metade do século XVIII vivia em uma situação de constante sobresalto, em uma condição militar preventiva. Em toda a documentação consultada o que se percebe é uma tensão permanente das autoridades coloniais e de Lisboa com relação à possibilidade de ocorrer alguma invasão e agressão de potências estrangeiras. Essa Amazônia, “de extraordinárias distâncias”,¹⁶ estava em contato com vizinhos percebidos como potencialmente hostis: espanhóis, franceses, holandeses.

Interessante notar que essa região não viveu uma guerra aberta, direta. No máximo, o que ela experimentou foi a presença de estrangeiros considerados invasores pelas autoridades coloniais portuguesas. Portanto, o que caracteriza o ambiente militar dessa região não foi, de forma alguma, uma guerra de fato, mas, sim, uma ameaça que se fazia permanente, silenciosa, insidiosa e que frequentemente se infiltrava na região considerada de domínio português. Essa situação demandava das autoridades a “cautela com que sempre se deve ter prevenida a defesa”.¹⁷ Nesse contexto, era necessário adotar medidas preventivas: de vigilância nas possíveis entradas, nos rios e caminhos por onde os vizinhos imperceptivelmente pudessem se fazer presentes e, de alguma maneira, ameaçar a soberania do rei de Portugal. Assim, as palavras recorrentes na documentação desse período sobre essa região são: cautela, prevenção, prudência, suspeita, vigilância e observação.

As dificuldades de se fazer a guerra

O momento em que a região experimentou maior proximidade com uma guerra contra um inimigo externo foi no ano de 1776, quando o então governador da capitania do Grão-Pará, João Pereira Caldas (1772-1780), recebeu notícias de Lisboa de que uma poderosa esquadra militar e naval¹⁸ espanhola estaria saindo de Cádiz em direção à América.¹⁹ Entretanto, essa iminência de um confronto militar no Norte ainda nos remete ao âmbito apenas da prevenção, isto é, “em caso de qualquer inesperado ataque”,²⁰ como considerou Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário da Marinha e do Ultramar. Isso porque, naquele momento, Lisboa já dispunha das informações sobre onde, de fato, se daria o ataque espanhol: no

¹⁶ AHU, Pará, Cx. 69, Doc. 5953, Avulsos. (Ofício de João Baptista Mardel para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1773, Janeiro, 9, Pará).

¹⁷ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6350, Anexo. (Ofício do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, 1776, Novembro, 4, Pará).

¹⁸ De acordo com Dauril Alden aquela armada consistia na maior expedição espanhola já enviada à América. (ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968. p. 224-225).

¹⁹ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371. (Ofício do Capitão-general João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro, sobre a recepção do aviso relativo ao armamento a que se está a proceder no porto de Cádiz e a execução das instruções para a defesa do Estado contra eventuais ataques espanhóis, 15 janeiro, 1777).

²⁰ *Id.*

extremo sul da América, inicialmente na Ilha de Santa Catarina.²¹ O que Lisboa considerou em relação ao litoral do Pará foi a possibilidade de que “parte daquelas embarcações sejam obrigadas a buscar de arribada este Porto”.²² Segundo Raphael Bluteau, arribar seria “tomar porto, desviado do caminho, antes de chegar ao fim da carreira. Arribar o navio por força da tormenta ou do vento”.²³ A entrada de alguma embarcação da armada espanhola no litoral do Pará seria, portanto, um desvio de rota e do alvo da viagem: o ataque ao Sul.

Entretanto, devemos considerar que essa foi uma prevenção diferenciada. O ataque ao litoral do Pará foi sentido pelas autoridades locais e por Lisboa não como certo, mas como muito provável, mais precisamente a região do Macapá, que possuía uma importância estratégica para a Coroa devido ao fato de fazer fronteira com possessões territoriais francesas. Mais que isso, essa região continha uma área contestada, disputada entre as coroas de Portugal e França. Esse espaço foi visto pelas autoridades como um possível alvo de ataque no caso de entrarem algumas das embarcações de guerra espanhola. Suspeitou-se de um “ataque conjunto de espanhóis e franceses (monarquias aliadas e que rivalizavam com portugueses e britânicos) contra as possessões lusas na América”,²⁴ o que implicou Lisboa cobrar militarmente o que já havia instruído ao capitão-general do Pará, Pereira Caldas, isto é, se estavam, de fato, “preparados e prontos tanto os Regimentos de Tropa Paga como os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças”.²⁵ Após dar conta da execução das instruções para a defesa do estado, o capitão-general considera algumas questões relevantes sobre as consequências dos preparativos para um confronto militar real. Em primeiro lugar, os inconvenientes que as movimentações militares teriam para as lavouras; em segundo, a Instrução Régia determinava que a defesa da capitania deveria estar centrada nos “braços da Guarnição e dos habitantes”,²⁶ o que prejudicaria ainda mais a lavoura, especialmente, a produção de arroz voltada para o mercado externo²⁷ e a exploração dos produtos regionais (drogas do sertão), principais ramos do comércio da capitania.

²¹ Em Lisboa, as notícias da expedição inimiga levantaram inúmeras suposições quanto aos seus possíveis alvos na América. Inicialmente parecia que o ataque seria no Rio da Prata. Mas, pouco depois, o Marquês de Pombal fora advertido de que os espanhóis pretendiam antes abordar algum porto das capitanias do norte. Entretanto, as últimas informações chegadas à Corte de Lisboa especificavam o verdadeiro objeto da expedição inimiga: primeiro invadir a Ilha de Santa Catarina, para então recuperar toda a região meridional até o estuário do Prata. A partir de setembro de 1776 as ordens provenientes de Lisboa direcionaram-se para o municionamento e defesa das praças do sul (BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 21. Ofício de Carvalho e Mello ao Marquês de Lavradio, de 9 de setembro de 1776; BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 31. Carta de Martinho de Mello e Castro ao Marquês de Lavradio, de 11 de Setembro de 1776).

²² AHU, Pará. *Op. cit.*, 15/1/1777.

²³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*: áulico, anatômico, arquetônico. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. p. 562.

²⁴ BASTOS, Carlos Augusto. “Às vésperas das demarcações: expectativas luso-espanholas para as fronteiras imperiais no vale amazônico (1777-1780)”. In: *Revista Fronteiras & Debates*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2014, p. 12.

²⁵ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371, 15/1/1777.

²⁶ *Id.*

²⁷ Ver: RAVENA, Nírvia. “‘Maus vizinhos e boas terras’: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVII-XIX)*. Belém: Ed. Universitária/UFPA, 1999. p. 76. Ver também: MARIN, Rosa Elizabeth. *Agricultura no Delta do Rio Amazonas: Colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial*. Belém: NAEA, 2005.

Deve-se destacar que, invariavelmente, nos momentos de grande perigo de invasão externa e de ameaça dos reais domínios, a opção da Coroa de Portugal entre dois projetos, produção de riquezas e defesa, a defesa do território é sempre prioridade. Mesmo que essa opção signifique prejudicar, temporariamente, a geração das riquezas minerais e agrícolas. Diante das ameaças externas, a prioridade era a segurança do estado, porque ela significava a preservação do território e das próprias riquezas constitutivas de cada capitania. Nessas circunstâncias, todas as forças deveriam convergir para o bem comum configurado na manutenção da unidade física do Império. É por isso que o marquês do Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil, determinava que: "Agora não é ocasião de se olhar para as necessidades particulares [de cada capitania] a necessidade é pública. Esta ação, pertence à honra, e glória de toda a Nação e do bom sucesso dela, dependerá o Sossego e Liberdade de todo o Estado".²⁸

Ora, basta lembrar a situação da capitania de Minas Gerais e a questão do ouro no governo de D. Antônio de Noronha (1775-1779). A capitania de Minas, como afirmou seu governador, "é a fonte das Riquezas, que fazem a subsistência de todo o Brasil e do mesmo Reino".²⁹ As medidas de intenso recrutamento de homens para a guerra no extremo sul contra os espanhóis, que se acentuou em 1777, causaram diversas desordens internas, sobretudo no nível fiscal e na produção aurífera. D. Antônio de Noronha já advertia a Coroa sobre "os infalíveis prejuízos que ameaçam aos Reais e públicos interesses".³⁰ Era esse o dilema – o ouro ou os domínios – pelo qual passava o então governador-general da capitania de Minas Gerais. Entretanto, para a Coroa não havia dúvida. Mesmo em se tratando da capitania de Minas Gerais, e tudo o que ela representava para a prosperidade do Império, as questões de defesa e segurança dos reais domínios foram consideradas prioritárias e primordiais.

Vale lembrar que, a partir da determinação régia de 26 de janeiro de 1765, as capitanias de Minas Gerais, São Paulo e do Rio de Janeiro ficaram submetidas a uma política militar de cooperação direcionada a atender às questões de defesa ao sul do estado. Tais capitanias permaneceram com essa missão e encargo por toda a segunda metade do século XVIII. A região meridional e, mais especificamente, a Colônia do Sacramento foram um dos principais focos de atenção da Coroa portuguesa na América, o nervo militar do Império. Fundada em 1680, nas margens do Rio da Prata,³¹ desde então se tornou uma zona de intenso

²⁸ "Carta do Marquês de Lavradio, Sobre a tomada da Ilha de Santa Catharina pelos Castelhanos e p.^a q' se mande quatro mil homens desta Cap.^{nia} em socorro do Rio Grande, 13/3/1777". In: NORONHA, Antonio de. *Cartas*, Livro 3, M. Gerais, 1776-79, BNRJ, p. 55-58.

²⁹ "Carta para o Marquês Vice Rey em resposta da de 30 de outubro sobre o mesmo particular, 17/11/1776". In: NORONHA, Antônio de. *Cartas*, Livro 2, M. Gerais, 1776-79, BNRJ, p. 26-30.

³⁰ *Ibid.*

³¹ A fundação da Colônia do Sacramento atendia aos planos da Coroa portuguesa de ampliar as fronteiras ao sul do território luso-americano, bem como aos interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro em reativar o comércio legal e ilegal com as províncias do domínio espanhol. Entrepasto no estuário platino, a Colônia do Sacramento era um ponto estratégico situado perto de Buenos Aires, um dos principais portos de saída da prata castelhana. Para Ferrand Almeida, a fundação da Colônia do Sacramento seria "o resultado de um conjunto complexo de fatores econômicos e políticos". Para mais informações sobre a Colônia do Sacramento, consultar entre outros: ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973; HOLANDA, Sérgio Buarque. "A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul". In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo 1. São Paulo: Difel, 1976;

conflito devido à indefinição dos limites territoriais entre os domínios das coroas de Espanha e Portugal. A história de Sacramento é repleta de intensas disputas militares e diplomáticas que marcaram de forma intensa toda a política militar das cortes ibéricas durante toda a segunda metade do século XVIII.

Na região Norte, como já foi dito, no ano de 1777, a perspectiva de um confronto militar estava apenas no âmbito da prevenção, da cautela e não da certeza da efetiva entrada das embarcações de guerra espanholas no litoral do Pará. Mesmo assim, seu capitão-general se mostrou bastante preocupado no caso do conflito acontecer e escreveu ao secretário dos Negócios Ultramarinos, expondo de forma contundente as limitações defensivas da região que, para "se praticar a dita defesa", não se pode prescindir dos armamentos necessários "que repetidas vezes tenho pedido a VEx".³² A capitania estaria seriamente desfalcada do provimento de armas. A cidade de Belém, por exemplo, só dispunha de 500 espingardas "sendo velhas e remontadas" e "nunca dando fogo como é preciso". Além de considerar a falta de armamentos para abastecer as "subalternas Repartições do Estado como são Macapá e a Capitania do Rio Negro". E concluiu o governador de forma bastante direta: "e pode a sua falta ser das perniciosas consequências, que VEx claramente reconheceu".³³ Dessa forma, Pereira Caldas expõe o descompasso recorrente entre as necessidades bélicas da capitania e o seu provimento por parte da Coroa. Isto é, o governador cobra efetivamente da Coroa o fornecimento dos meios adequados para a efetiva defesa das suas possessões. Em outros termos, de que valem os braços retirados da lavoura, se são braços sem armas?

É preciso lembrar que armamentos bélicos, pólvora e munições só poderiam vir da metrópole, à qual cabia o dever de abastecer as tropas coloniais. Estas tinham de ser providas de maneira minimamente adequada, quantitativa e qualitativamente, para o enfrentamento militar. Em tempos de guerra, a ausência dessa condição básica é absolutamente inconcebível, tornando a catástrofe praticamente inevitável.

Entretanto, o que se deve observar é que não é apenas na região Norte que se constata a deficiência da Coroa portuguesa no envio dos armamentos para a América. Vê-se que na região centro-sul, mesmo estando diretamente envolvida em um confronto militar em função das disputas de fronteira na América meridional, foram constantes os pedidos de armamento, bem como as queixas no que se refere a sua qualidade pelos vice-reis à Coroa.

Então, vejamos: em junho de 1777, quando o vice-rei, o marquês do Lavradio, respondeu às solicitações do governador de São Paulo por armas e por fardamento para a tropa que iria ser enviada para o confronto no sul com os espanhóis, Lavradio revelou a penúria em que se encontrava o Rio de Janeiro, a sede do vice-reinado: "V. Exa me pede armas para estes corpos, eu as mandaria se as tivesse, porém eu me acho na mesma necessidade, e do mesmo modo estou a respeito de fardamento".³⁴ Em outros termos, os soldados na América

³² AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371, 15/1/1777.

³³ *Id.*

³⁴ BNL, Reservado, Códice 10631. (Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 20/6/1777).

portuguesa caminhavam para a guerra "sem camisa e descalços",³⁵ sem armamento e, ainda, quase todos arregimentados compulsoriamente na base da força.

A precariedade no centro-sul não se limitava apenas à quantidade de armas disponíveis para o enfrentamento bélico, mas também à qualidade delas, o que tornava a sua situação militar ainda mais trágica. Nesse sentido, o vice-rei reclamou ao secretário da Marinha e do Ultramar acerca dos armamentos enviados, dizendo que estes "tem servido já em Europa em diferentes Regimentos", chegando à América "armas desconcertadas, outras com os fuzis quebrados, outras faltas de parafusos e finalmente quase todas elas precisadas de um grandíssimo concerto (*sic*)".³⁶

A Coroa reconhecia a absoluta importância das tropas coloniais e exigia que elas estivessem devidamente preparadas para os combates com as forças adversárias; porém, a Coroa não enviava os armamentos necessários, dos quais a colônia dependia totalmente. É certo que seus recursos financeiros estavam aquém do necessário para atingir os objetivos militares por ela traçados. Assim sendo, qual poderia ser o resultado militar das tropas se os seus soldados não estivessem bem armados, fardados e treinados? Na verdade, essa era a situação apresentada pelas tropas coloniais durante toda a segunda metade do século XVIII.

Ativando todas as defesas: "sempre carregada, ainda que sem bala"

A perspectiva de um ataque espanhol ao litoral do Pará realmente preocupou Lisboa. Pode-se perceber o grau de sua apreensão quando, em novembro de 1776, o Conselho Ultramarino avalia as últimas informações enviadas por Pereira Caldas sobre as providências tomadas para a dita defesa e considera que suas "ordens estão muito bem dadas". No entanto, exige do capitão-general que "informe miudamente de como elas se executarão"³⁷ no caso de acontecer alguma invasão estrangeira.

O capitão-general envia a Lisboa um detalhado esquema em que coloca as autoridades estratégicas da região em alerta máximo "no caso de algum incidente, ou seja, da parte do Mar ou da parte do Macapá".³⁸ Estando no âmbito da prevenção de um ataque, o governador Pereira Caldas ao enviar as Instruções às autoridades locais esclarece que seu objetivo inicial é apenas o de "prevenir sobre o conteúdo [das reais ordens]" para que se tomem as necessárias e "prudentes cautelas". Apenas cautela. Adverte não ser, ainda, o momento "de entrar em maiores movimentos [...] enquanto não houver mais positivamente urgência".³⁹

³⁵ *Id.*

³⁶ BNL, Reservados, Códice 10624, p. 30. (Carta do Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 16/1/1775).

³⁷ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371, 15/1/1777.

³⁸ AHU, Pará, Cx. 81, Doc. 6704, Anexo de 3/7/1776. (Consulta do Conselheiro Ultramarino para rainha, Ant. 1779, Janeiro, 13).

³⁹ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6351, Anexo de 27/8/1776. (Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro, 1776, Novembro, 4, Pará).

Na dúvida do possível ataque, o capitão-general envia as ordens para as seguintes autoridades da região, recomendando "cautela e desconfiança":⁴⁰ o governador do Macapá, os mestres de campo dos Terços de Infantaria Auxiliar da cidade do Pará, o capitão comandante do Corpo da Tropa Ligeira Auxiliar da Ilha Grande de Joanes, a Fortaleza da Barra da cidade do Pará, o prático da Barra do Porto do Pará, os diretores das povoações de índios da capitania.

Para o comandante militar do Macapá, Manuel da Gama Lobo, o capitão-general diz esperar que as tropas estejam bem reguladas "para defesa dessa Praça e Fronteira" e aconselha que se previna de munição suficiente "tanto em Mazagão como em Vila Vistosa"⁴¹ para que, no caso de agressão, as tropas estejam bem municadas para a defesa da região.

Vale notar que a vila de Nova Mazagão⁴² e a vila Vistosa deveriam servir de apoio militar à vila de São José de Macapá, mais próxima da fronteira da Guiana Francesa, região constantemente sob ameaça de incursões francesas. Essas três vilas constituíam-se no chamado triângulo defensivo da região. De acordo com Azevedo Silva:

[...] na concepção geral de defesa da Amazônia, o tampão defensivo da passagem estratégica do braço esquerdo da foz do Amazonas deveria assentar no povoamento tripolarizado nas vilas de Macapá, Vila Vistosa e Vila Nova de Mazagão.⁴³

Já os mestres de campo deveriam avisar a todos os comandantes dos seus respectivos terços para que estivessem em alerta no caso de haver "motivo da defesa do Estado". Adverte que os avisos de alerta devem ser conduzidos em duas embarcações para que "se previna qualquer incidente".⁴⁴ Os comandantes de Tropa Paga, Auxiliar e Ordenança ainda teriam a missão de convencer tanto os militares como os moradores dos seus distritos da ordem que determina que os escravos também deveriam participar armados da defesa, no caso de o ataque se consumir.

Ao oficial no comando da Fortaleza da Barra da cidade do Pará, o capitão-general determina que nenhuma embarcação estrangeira deve se aproximar sem a sua expressa ordem e que a fortaleza "se conservará sempre carregada, ainda que sem bala toda a Artilharia". O prático da Barra do Porto do Pará era personagem importantíssimo no caso de um possível ataque "contra este Porto e Estado"⁴⁵ porque será um dos primeiros a identificar a presença inimiga no litoral. Terá à disposição um barco para agilizar e tornar mais seguro o seu transporte aos navios que vierem ao porto. No caso de confirmação da presença inimiga, o

⁴⁰ *Id.*

⁴¹ *Id.*

⁴² Para mais informações sobre a Vila Nova de Mazagão, ver: ALVES, A. Costa; CORREIA, J. "Mazagão: de praça forte a "arrabalde". In: *Estudos/Patrimônio*, n. 2, Lisboa, 2002. p. 117-122; AMARAL, Augusto Ferreira do. *História de Mazagão*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989; ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII - Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP Publicações, 1998; FARINHA, Antônio Dias. *História de Mazagão durante o período filipino*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970; VIDAL, Laurent. *Mazagão: A Cidade que Atravessou o Atlântico*. Martins Editora, 2007.

⁴³ SILVA, José Manuel Azevedo. *Mazagão*. De Marrocos para a Amazônia. s/d. Artigo. Disponível em: www.chsc.uc.pt/biblioteca/digital/007.htm.

⁴⁴ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6351, Anexo de 27/8/1776.

⁴⁵ *Id.*

prático deve imediatamente enviar aviso para o capitão-general para que possa acionar todas as defesas.

Nesse contexto, aos índios caberiam várias funções estratégicas no caso de uma guerra acontecer. Para começar, atuavam como portadores das mensagens e dos avisos entre as autoridades locais, isto é, tinham a importantíssima tarefa de "expedição dos expressados Avisos",⁴⁶ participavam nas tropas como combatentes, eram responsáveis pelos mantimentos de farinha para abastecer a tropa, como das canoas para o transporte dela.

Assim, de acordo com as ordens do capitão-general, os diretores das povoações de índios⁴⁷ deveriam prontificar, "sem demora todos os índios, canoas e mantimentos". Os índios incorporados às tropas deviam estar "armados e municidados". Eram também eles, agentes indispensáveis nos "precisos transportes aos Corpos de Tropas Auxiliares e Ordenanças".⁴⁸ Índios, canoas e farinha eram alguns dos elementos estrategicamente necessários nas operações de guerra no norte da América portuguesa. Os índios consistiam no grosso dos combatentes das tropas de guerra. Em outros termos, era a efetivação da "guerra brasílica" que, como discutiu Pedro Puntoni, "diferia das técnicas científicas de guerra tão em voga na Europa Moderna". Nesse tipo de conflito, "o uso dos índios, e de sua arte militar, era essencial",⁴⁹ dadas as condições geográficas e sociais do território amazônico.

Para a defesa da colônia, um elemento se fazia indispensável: a farinha. A farinha de mandioca, além de ser parte integrante da culinária nativa da região, era fundamental para a defesa do território porque era a base da alimentação das tropas militares que defendiam a colônia. Para Kalina Vanderlei Silva, "a farinha de mandioca é também uma moeda na qual a Fazenda Real efetua parte dos pagamentos que deve fazer às tropas".⁵⁰ De acordo com Silva, era evidente que, para que as tropas servissem às autoridades fielmente, fazia-se imprescindível o provimento de farinha, pois "não é possível que a infantaria padeça sem ração [farinha]. A infantaria sem ração é um perigo para a Coroa e sua boa ordem [...]. Assim, as primeiras farinhas que chegam à cidade são sempre para os soldados"⁵¹.

⁴⁶ *Id.*

⁴⁷ De acordo com Mauro Coelho, "O Diretório dos Índios estabelecia um conjunto de normas que regulavam a distribuição de trabalhadores índios. Os diretores das povoações deviam, inicialmente, dividir as populações sob seus cuidados em duas partes: a primeira permaneceria na povoação, 'assim para defesa do Estado, como para todas as diligências do Real serviço' (composição de expedições, incorporação às fábricas de madeira e trabalho nas obras públicas); a segunda parte deveria ser distribuída pelos colonos, tanto para executar as atividades de coleta quanto para os diversos serviços agrícolas de todos os gêneros, que 'podem enriquecer o Estado, e aumentar o Comércio'". COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar: Um estudo da experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 252.

⁴⁸ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6351, Anexo de 1º/2/1776.

⁴⁹ PUNTONI. *A arte da guerra no Brasil*. Tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700. São Paulo: Cebrap, n. 53, 1999. p. 188.

⁵⁰ SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo e a Boa Ordem da Sociedade Colonial*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. p. 163.

⁵¹ *Ibid.*, p. 195.

Para a Coroa de Portugal, as questões de “segurança, conservação e defesa dos reais Domínios de Sua Majestade”⁵² eram entendidas como prioritárias. E, por isso, esperava-se que seus vassallos estivessem prontos para tomar as armas e lutar com todas as suas forças pela preservação dos domínios reais.

Assim, enviadas as ordens e as providências necessárias para a defesa do território às autoridades locais, o capitão-general do Grão-Pará adverte a todos os envolvidos que aqueles que fizerem bem a sua parte “mostrarão a fidelidade de Vassallos Portugueses, fazendo-se beneméritos de atenção e do favor real”. Dessa forma, também aqueles que se portarem com a mais leve negligência “serão tratados como rebeldes e com a maior severidade de castigo”.⁵³ Estamos, portanto, no âmbito do prêmio e do castigo, os dois polos sobre os quais se assenta a máquina política do Antigo Regime. Temos então: o súdito fiel e o infiel. Na perspectiva política, o prêmio e o castigo se configuram como o pagamento final aos que se comportarem ou não de acordo com as leis do estado. Nesse sentido, Fernanda Olival afirma a importância do

[...] princípio “de dar a cada hum o que é seu”, quer no repartir do prêmio e do castigo (justiça distributiva). [...] Premiar e punir eram dois atributos essenciais do domínio, da capacidade para governar súditos, ao lado do poder para ordenar, proibir, autorizar e decidir.⁵⁴ (Grifo nosso)

Nesse caso específico, o que existia era uma possibilidade de invasão, mas, mesmo que remota, era importante que se mantivesse alto o estado de alerta dos súditos e o elemento motivador deste estado era o desejo do prêmio e o temor dos castigos.

Nas áreas sensíveis do Império

Naquelas áreas mais delicadas do Império, nas regiões fronteiriças, nas quais a necessidade de prevenir-se é constante, exigia-se um nível mais alto de alerta. Isto é, nessas regiões, os vassallos deveriam estar atentos e preparados para, a qualquer momento, agir se necessário e não deixar margem para que o agressor os surpreendesse, pelo menos idealmente. Nesse caso, temos como exemplo, entre outras regiões do Império Português, a região do Macapá.⁵⁵

⁵² AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6351, Anexo de 27/8/1776.

⁵³ *Id.*

⁵⁴ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001. p. 20.

⁵⁵ A fronteira dos domínios coloniais portugueses e franceses no norte da América do Sul foi, durante muito tempo, indecisa e contestada, provocando três séculos de rivalidade: o problema do Território Contestado só foi resolvido em 1900. O rei da França considerava que sua soberania era exercida entre os rios Orinoco e Amazonas, isto é a totalidade das Guianas litorais, mas os portugueses, vassallos do rei da Espanha entre 1580 e 1640, receberam deste último a capitania do Cabo do Norte até o rio Oiapoque, limite do povoamento francês, na parte antigamente atribuída aos espanhóis pelo papa. As duas soberanias sobrepuñham-se, e numerosos conflitos violentos ocorreram entre franceses e portugueses durante o século XVII. À procura de boa vizinhança, os soberanos francês e português, após um primeiro tratado de neutralização em 1700, aceitaram como fronteira, no tratado de Utrecht, em 1713, o rio

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, nas “Instruções Régias, Públicas e Secretas” que o capitão-general do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), recebeu do marquês de Pombal, em 1751, encontra-se a intenção de privilegiar o povoado de Macapá com um projeto agrário como forma de ocupação que ligaria o homem a terra, como também militar por estar situado no delta do Rio Amazonas, tão cobiçado por holandeses e ingleses nos séculos XVI e XVII e depois também por franceses. Fato que ocorreu com a elevação do povoado à vila de São José de Macapá, em 1758, com a chegada de colonos dos Açores e com a construção da Fortaleza de São José de Macapá⁵⁶ que teve seu início em 1764. Todo esse programa governamental de defesa e povoamento da fronteira do Cabo Norte a partir de Macapá foi acompanhado de perto pelo governo de Mendonça Furtado e de seus sucessores.⁵⁷

Vejamos, então, qual era a situação da vila e da Fortaleza de São José de Macapá no contexto de 1777, isto é, diante da perspectiva de um ataque espanhol ao litoral do Pará e mais especificamente à área mais delicada do Macapá. É possível se ter um retrato da sua situação militar e da sua capacidade defensiva na exposição feita pelos oficiais da Câmara do Macapá em carta ao Conselho Ultramarino se referindo justamente “à prevenção que houve pela suspeita de guerra”.⁵⁸

De acordo com os oficiais, a primeira providência do governador militar Manuel da Gama Lobo diante de uma situação de provável ataque e confronto militar foi que ele “se preveniu fazendo recolher dentro da Praça toda a guarnição da Tropa Paga e Auxiliar”; entretanto, “ficando fora ao desamparo todas as suas famílias expostas a qualquer incidente”. É possível entender porque as famílias ficaram desprotegidas fora da Praça, porque dentro da Praça “mal se podia aquartelar a guarnição”. O cenário se torna ainda mais trágico dentro da Praça, posto que “não havendo nos Armazéns mantimentos de qualidade alguma” o resultado seria que “se sucede haver algum ataque dos inimigos acharia a gente estropiada e mortos de fome”. Finalizando a exposição, os oficiais da Câmara, além de se referirem ao “deplorável estado” da vila do Macapá,⁵⁹ concluem sua avaliação acerca da capacidade defensiva dessa

“Japoc ou Vicente Pinhão” nunca localizado com precisão. Para os portugueses, só podia tratar-se do rio Oiapoque, o que negavam os franceses, para os quais este rio devia corresponder a outros mais próximos do cobiçado Amazonas. O problema da posse da região permaneceria pendente nas relações entre as duas cortes trazendo inquietação constante com a defesa do território. GRANGER, Stéphane. “O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia”. *Revista Cantareira*, ed. 17, jul./dez. 2012. p. 33.

⁵⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Belém: SECULT, 1993, v. I, p. 50.

⁵⁷ AMARAL, Márcio Douglas Brito. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental–Marabá e Macapá*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 58.

⁵⁸ AHU, Pará, Cx. 83, Doc. 6831, Anexo de 10/2/1779. (Consulta do Conselho Ultramarino para a rainha sobre a exposição feita pelos oficiais da Câmara da vila de São Sebastião do Macapá acerca do deplorável estado em que se achava aquela capitania, pelos desordenados procedimentos do seu governador, Manuel da Gama Lobo. 1779, Agosto, 13, Lisboa).

⁵⁹ Em 1773, quando a população contava com 986 pessoas livres e 321 escravos, o governador João Pereira Caldas deu seu parecer quanto à situação da vila e seus habitantes: “as casas não têm nobreza alguma e se conservam ainda cobertas de palha como no princípio da sua fundação; contudo os seus moradores vivem sofrivelmente com os provenientes da agricultura e das suas lavouras”. (Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, sobre as conclusões obtidas após as averiguações feitas ao estado de conservação da

região, tão estratégica, no caso de ocorrer uma agressão espanhola: “fica claro que, com facilidade se assenhoreariam de tudo, se Deus não fosse servido acudir com sua Divina Providência”.⁶⁰ Portanto, de acordo com esses homens, diante da precariedade defensiva da fortaleza, a presença da Divina Providência foi decisiva, pois os salvou do ataque espanhol. Se o ataque tivesse de fato ocorrido, os inimigos não teriam encontrado nenhuma resistência eficiente, nem nos combatentes nem na fortaleza. E, com certeza, acabariam rapidamente se rendendo às forças espanholas.

É importante destacar que, em princípio, os argumentos para a construção da Fortaleza de São José do Macapá, segundo Marcos Pereira Magalhães em *Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá*, eram de que ela:

[...] impediria, pela via do Amazonas, a entrada de navios invasores; defenderia, abrigando no seu interior, os moradores da vila de São José de Macapá, caso sofressem ameaça de assédio; serviria como ponto de contra-ataque ao inimigo; seria um elo de comunicação e vigilância entre as demais fortificações espalhadas pelo interior e fronteiras; asseguraria a exploração dos produtos regionais (drogas do sertão); e manteria a soberania da coroa portuguesa na região.⁶¹

Ora, no evento acima citado, ficou evidente que a fortaleza não realizou uma parte importante de suas funções estratégicas, isto é, as de caráter militar. Sua capacidade de defesa era insatisfatória e ineficiente, de acordo com o relato dos oficiais da Câmara.

Deve-se, ainda, destacar que nos planos da Coroa, além da função militar, havia o aspecto da utilização da fortaleza como instrumento de fixação de um posto avançado de colonização na região, como lembra Marcos Magalhães.⁶² Nesse sentido, Beatriz Bueno em *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares* afirma que,

[...] nos tempos de Pombal, as cidades e fortificações projetadas e construídas foram elementos voltados ao controle do território, além de instrumentos agregadores da população dispersa, ou, até, centros dinamizadores da economia da região, desempenhando o papel de representação de uma civilidade europeia perante uma barbárie reinante.⁶³

Vale destacar que, pelo fato de a Fortaleza de São José de Macapá nunca ter entrado em combate e nunca ter realizado plenamente suas funções militares de defesa, alguns pesquisadores da região costumam considerar que, mais que um empreendimento militar, a implantação da desta fortaleza visou, antes de tudo, garantir a colonização naquela área. Isto é, visou o desenvolvimento da vila de São José de Macapá.⁶⁴

Fortaleza, aos Regimentos Militares daquela Praça, á organização urbana e agrícola da Vila e às necessidades apresentadas por seus Moradores, 8 de Novembro de 1773). AHU, Pará, Cx. 71, Doc. 6065.

⁶⁰ AHU, Pará, Cx. 83, Doc. 6831, Anexo de 10/2/1779.

⁶¹ MAGALHÃES, Marcos Pereira. *Arqueologia na Fortaleza São José de Macapá*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 3, set./dez. 2006. p. 37.

⁶² *Ibid.*

⁶³ BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares*. In: *A construção do Brasil urbano*. Oceanos, n. 41, jan./mar. 2000, p. 57 e 58.

⁶⁴ Pode-se constatar tal posicionamento acerca de tais passagens em: “A Fortaleza de São José de Macapá nunca foi palco de batalha, devendo-se sua importância ao fato de constituir-se em centro

Bem, a questão que se coloca é que apenas hoje temos a certeza de que a fortaleza não teria de fato uso militar em confrontos, entretanto, para os homens da época, isso não era uma evidência. Portanto, não se deve desconsiderar ou diminuir a importância de sua função militar propriamente dita, tanto para as autoridades centrais de Lisboa como para as autoridades locais ao longo de sua construção. Os propósitos militares da fortaleza continuaram fortemente presentes naquele contexto, isto é, o propósito de defender a Amazônia, em especial diante da perspectiva de uma invasão francesa que, aliás, já havia ocupado o território da Guiana. Dessa forma, tende a soar anacrônico deslocar a relevância da fortaleza de empreendimento militar para instrumento de colonização baseado no fato de o confronto militar não ter se consumado.

É preciso considerar que a Fortaleza de São José de Macapá é, incontestavelmente, uma estrutura militar erguida numa região de fronteira e, enquanto tal, foi concebida para exercer suas funções militares: prevenir o lugar de um ataque inesperado, bem como servir de proteção para a população da vila. De acordo com Carla Brito em *Visualidades da Fortaleza de São José de Macapá*:

[...] o propósito de construir uma arquitetura de defesa “eficiente” é percebido nas imagens de plantas arquitetônicas antecedentes e também na planta do projeto final idealizadas segundo as interpretações de seus engenheiros construtores.⁶⁵ (Grifo nosso)

Fortificação e povoamento são empreendimentos entendidos como vinculados, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII. “Para que a Fortificação se constitua como sistema de defesa é indispensável que se estabeleça uma povoação”.⁶⁶ Em termos gerais, a fortaleza necessita da povoação porque é abastecida por ela: seja para alimentar a guarnição, seja para retirar dela os seus efetivos. De acordo com Marlon Salomon:

[...] a constituição de um sistema de fortificação é totalmente dependente do deslocamento de pessoas que povoem suas proximidades, que cultivem suas terras, forneçam alimentos aos soldados das guarnições e que ainda sirvam como força disponível ao soberano para a defesa de seus domínios. Aumentar a povoação é imprescindível para que se melhore este sistema defensivo; há uma necessidade de famílias que

dinâmico do desenvolvimento urbano da Vila de São José de Macapá”. (CAMILO, Janaina. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003; “Assim, mais que empreendimento militar, a construção da Fortaleza foi instrumento de colonização.” (MAGALHÃES, Marcos Pereira. *Arqueologia na Fortaleza São José de Macapá*. Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 3, p. 33-59, set./dez. 2006); “Mas apontamos que ao não lutar ela alcançou plenamente seu objetivo, que não é combater, mas garantir a defesa e a posse do território. Se ela conseguiu isso sem disparar um tiro, tanto melhor.” CASTRO, Adler H. F. O fecho do Império: fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Nas terras do Cabo Norte*. Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira séculos XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999. p. 137.

⁶⁵ BRITO, Carla. *Visualidades da Fortaleza de São José de Macapá em interação com uma escola pública da cidade de Macapá*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, 2013, p. 35.

⁶⁶ SALOMON, Marlon J. *O Saber do Espaço: Ensaio sobre a Geografização em Santa Catarina no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, p. 152.

habitem e cultivem as povoações para que delas se possam tirar soldados para a defesa e guarnição das fortalezas.⁶⁷

Portanto, não é de se estranhar como também é totalmente presumível que o governador militar de Macapá seja incumbido tanto da defesa da praça como também de cuidar que os habitantes cultivem suas terras, justamente para que forneçam alimentos aos soldados. Embora presumível, esse fato é considerado relevante para Adler de Castro em *O Fecho do Império*:

Consideramos relevante o fato de o comandante da força enviada para Macapá em 1754, receber não apenas a função de atuar na defesa da povoação e da ocupação militar da região, mas também a de fomentar a agricultura, como uma forma de garantir a ocupação prolongada do território.⁶⁸

No entanto, é preciso, ainda, considerar que, no ano de 1777 a construção da fortaleza ainda não havia sido concluída. Sua finalização se deu cinco anos depois, em 1782. Suas obras se estenderam por 18 anos. Em termos militares é inconcebível esse tempo tão prolongado para se concluir uma fortaleza importantíssima. Para entender ou justificar o tempo de 18 anos na construção de uma obra de defesa tão estratégica, é preciso ter em conta que não foi a falta de percepção da Coroa portuguesa da importância ou da urgência de sua conclusão e sim a sua completa falta de recursos econômicos.⁶⁹

Esse é o paradoxo recorrente da relação da Coroa portuguesa com o seu Império ultramarino. Por um lado, exige que as fortificações se apresentem seguras e defensáveis e que as tropas coloniais estejam prontas e reguladas em caso de invasão inimiga. Por outro, porém, a Fazenda Real absolutamente não dispunha de recursos suficientes para bancar as suas pretensões militares de defesa de sua colônia. Por isso, não conseguia enviar a remuneração devida aos seus soldados, que ficavam, muitas vezes, sem receber o soldo, por anos e anos. E tampouco conseguia enviar os armamentos necessários para equipar devidamente a tropa, bem como não conseguia enviar os recursos suficientes para finalizar a tão importante Fortaleza do Macapá. Suas tropas coloniais eram precárias e incompletas: sem soldo, sem fardas e sem armas, assim como a Fortaleza do Macapá, permaneceu precária e incompleta sem conseguir ter suas obras finalizadas durante todo o período pombalino.

⁶⁷ SALOMON, Marlon J. *O Saber do Espaço: Ensaio sobre a Geografização em Santa Catarina no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, p. 152.

⁶⁸ CASTRO, Adler H. F. O fecho do Império: fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Nas terras do Cabo Norte*. Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira séculos XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 167.

⁶⁹ De acordo com Adler de Castro, "A fortaleza e as povoações na região do Macapá tiveram que compartilhar recursos limitadíssimos com uma série de outras povoações e fortificações no Pará e Amazonas. De forma que, as obras em Macapá caíram em ritmo lento". CASTRO, Adler H. F. O fecho do Império: fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Nas terras do Cabo Norte*. Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira séculos XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 137.

Portanto, mesmo em se tratando do Macapá, região estrategicamente importante para a Coroa de Portugal,⁷⁰ espaço visto como área em constante perigo de ser anexada pela França e que, em 1777, passou pela tensão de um eventual ataque espanhol, não se encontrava militarmente suprida do básico para poder assegurar a defesa dos reais domínios

É preciso destacar que, no contexto dos Tratados de Limites (Madri 1750, El Pardo 1761 e Santo Ildefonso 1777), quando se definiam as fronteiras dos domínios da América, competia à Coroa portuguesa maior reforço na defesa de suas terras ultramarinas, pois tais tratados estavam inseridos nas disputas imperiais que opunham entre si as monarquias europeias e seus respectivos conjuntos coloniais.

Mais especificamente, as áreas situadas nas fronteiras eram as mais sensíveis nas disputas coloniais e, portanto, requeriam uma atenção cuidadosa por parte da Coroa portuguesa. Assim como temos áreas marcadas por “tensões” coloniais no norte da América portuguesa temos, ainda, as disputas armadas ocorrendo intensamente no outro extremo da colônia: no sul do continente. Pode-se adiantar que a tal ponto chegava a falta de recursos da Coroa portuguesa que mesmo diante de uma situação constante de guerra aberta contra as forças espanholas ao sul da colônia, mesmo lá, a situação era tragicamente precária.

Vejamos, então, o desempenho português ao sul dos reais domínios, mais especificamente, em fins de fevereiro de 1777, momento em que os castelhanos com aproximadamente uma centena de embarcações, a maior expedição militar enviada pela Espanha às Américas, foram avistados no norte da Ilha de Santa Catarina. Diante da visível superioridade da armada espanhola, a esquadra lusa se retirou para o Rio de Janeiro.⁷¹ Sem a oposição naval que deveria proteger a ilha, facilmente os castelhanos desembarcaram e por terra alcançaram a sede da capitania de Santa Catarina, a vila de Desterro.

Os espanhóis tomaram a Fortaleza de Ponta Grossa, os fortes de Santa Cruz e Ratonés com facilidade porque todos haviam sido evacuados. Dando prosseguimento a seus planos, D. Pedro de Cevallos logo atacou a Colônia do Sacramento, conseguindo também, sem grandes dificuldades, a capitulação portuguesa. Os espanhóis tomaram os territórios dos portugueses sem encontrar resistência. Embora tivessem o objetivo de se dirigirem ao Rio Grande, a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, no mesmo ano de 1777, pôs fim ao conflito.

Nesse embate de tão grande vulto e diante das poderosas forças enviadas pelos espanhóis para a reconquista dos territórios meridionais então sob o domínio português não

⁷⁰ O governador e comandante militar da Praça do Macapá, Gama Lobo de Almada, define de maneira precisa a sua importância estratégica: “[...] a importantíssima Praça de S. José de Macapá, a barreira mais considerável que naquela Fronteira deste Estado se pode opor a invasão do inimigo e em certo modo o baluarte desta Capitania [...] uma Praça, que provavelmente será a primeira a ter o inimigo sobre os braços sempre que o Estado do Pará for atacado. 4, Maio, 1780”. AHU, Pará, Cx. 85, Doc. 6986 (Ofício do [tenente-coronel e governador da Praça de São José do Macapá], Manuel da Gama Lobo de Almada, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro).

⁷¹ De acordo com Adriana Angelita, o comandante da esquadra portuguesa, Roberto MacDouall, escreveu ao marquês do Lavradio informando das más condições de defesa da ilha por terra e mar, considerando a diminuta quantidade de embarcações. A esquadra portuguesa contava com menos de duas dezenas de embarcações. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. “O *infeliz general português*: Antônio Carlos Furtado de Mendonça e a invasão castelhana da Ilha de Santa Catarina no século XVIII”. Navigator, Rio de Janeiro: v. 10, 2014. p. 93.

parecia haver qualquer possibilidade das tropas portuguesas virem a se constituir em elementos significantes, quantitativa ou qualitativamente.⁷²

Tampouco os armamentos de que dispunham os portugueses, ainda que em número significativo, porém ultrapassados e danificados, tornavam-nos capazes de um combate de igual para igual contra os fortemente equipados espanhóis. Assim, mais uma vez, pode-se concluir que, o principal obstáculo para o triunfo da expedição de Cevallos foi a negociação de paz estabelecida entre as coroas de Portugal e Espanha, selada no Tratado de Santo Idelfonso, em 10 de outubro de 1777.

Portanto, seja na perspectiva de um ataque espanhol ao litoral do Pará no ano 1777, que nos referimos acima, ou na invasão que de fato ocorreu, não no norte da colônia, mas no sul, na Ilha de Santa Catarina, é possível perceber a debilidade de defesa da estrutura militar da colônia. Essa debilidade se torna ainda mais grave se considerarmos que o sul da América era uma região constantemente disputada e onde era frequente o confronto militar.

Na prática, é possível observar o quanto a política militar do Império ultramarino português foi marcada pela contradição da Coroa que esperava dos governadores e súditos coloniais o êxito na conservação do território, mas não oferecia as condições militares básicas para que aqueles pudessem realizar com plenitude uma das mais importantes missões de governo: a conservação do território.

Christiane Figueiredo Pagano de Mello: Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a tese intitulada: Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII. As Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a Manutenção do Império Português no Centro Sul da América.

⁷² O comandante das forças militares portuguesas da Ilha de Santa Catarina, o general Antônio Carlos Furtado de Mendonça, dizia ao vice-rei marquês do Lavradio: "O poder dos castelhanos é sem questão desproporcionado, pois trazendo eles 10 mil homens, que defesa poderemos fazer com uma tropa que não chega a dois mil, em que entram auxiliares e ordenanças?" *Apud* Rio Branco — Efemérides Brasileiras, Livros de Correspondência dos Cônsules (Coleção da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco). Rio de Janeiro: 1938. p. 139.